

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.629 - RJ (2018/0336394-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : RICARDO GOMES DE MIRANDA (PRESO)
ADVOGADO : GLEICE FROMENT RAPOSO - RJ081406
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO.

Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Ricardo Gomes de Miranda** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou a ordem no HC n. 0056989-94.2018.8.19.0000.

Ocorre que o presente recurso perdeu o objeto.

Isso porque, de acordo com as informações colhidas no portal do Tribunal de origem, nota-se que, em 25/3/2019, foi proferida sentença de pronúncia nos autos do Processo n. 0001665-86.2018.8.19.0011, ocasião em que o recorrente foi pronunciado e a custódia cautelar mantida.

Ora, a superveniente sentença de pronúncia torna prejudicado o pedido que tem por escopo a revogação da custódia cautelar do recorrente, pois o pedido foi analisado no novo título judicial.

Com efeito, tal *decisum*, por si, não é causa justificadora da custódia preventiva, mas constitui nova realidade processual sobre a qual o juiz há de se pronunciar a respeito da necessidade da manutenção da custódia anteriormente decretada (§ 3º do art. 413 do CPP). Assim, é em face desse novo contexto que se deve indagar, no Tribunal local, sobre os requisitos da segregação cautelar. Nesse sentido, entre outros, o HC n. 278.978/GO, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 16/12/2013; e o HC n. 108.892/ES, Ministro Haroldo Rodrigues, (Desembargador convocado do TJ/CE), Sexta Turma, DJe 20/9/2010.

De qualquer maneira, as decisões das instâncias ordinárias não revelavam

nenhuma ilegalidade aparente, uma vez que baseadas em fator real de cautelaridade, em razão das circunstâncias dos crimes.

Posto isso, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo** o recurso em *habeas corpus* **prejudicado**.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

